



SIMULADO ESPECIAL

CNU

BLOCO TEMÁTICO 5

Administração

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial CNU (Bloco Temático 5)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 5 - Administração**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/iMK1m9WDbXaLzVzEA>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/6osj>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***João Trindade*

1. Acerca da governabilidade e da relação entre os Poderes, julgue os itens a seguir:

I – O Presidente da República pode exercer o poder de veto, inerente ao sistema de freios e contrapesos, em relação aos projetos de lei e às propostas de emenda constitucional.

II – No presidencialismo de coalizão, uma das formas tradicionais de o Chefe do Executivo buscar apoio político no Congresso Nacional é a partilha de ministérios com a base aliada.

III – Após a promulgação da Constituição de 1988, verificou-se um progressivo enfraquecimento do papel do Legislativo no equilíbrio de forças, especialmente por conta da redução da atuação desse poder no direcionamento de recursos orçamentários.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

2. Numa gincana jurídica, os grupos Beta, Ômega e Épsilon deveriam formular afirmações sobre as origens históricas do Estado de Direito e sua evolução. O grupo Beta afirmou que “o surgimento do conceito de Estado de Direito está ligado à derrocada do Absolutismo”. Por outro lado, o grupo Ômega afirmou que “O Brasil vivencia um pleno Estado de Direito desde a promulgação da Constituição de 1824”. Por sua vez, o grupo Épsilon defendeu a afirmação segundo a qual “Estado de Direito é um conceito dinâmico, enfrentando várias releituras ao longo do tempo”.

Pode-se afirmar que:

- a) apenas o grupo Ômega está errado.
- b) apenas o grupo Beta está errado.
- c) todos os grupos estão errados.
- d) apenas o grupo Épsilon está errado.
- e) apenas os grupos Beta e Épsilon estão errados.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra Lopes*

3. “A capacidade estatal de implementar políticas públicas não se limita à eficiência técnica da burocracia, mas depende da forma como os arranjos institucionais articulam atores estatais e sociais, promovendo legitimidade, deliberação e adaptação ao ambiente democrático.”

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Orgs.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.

Com base nessa perspectiva, um exemplo de arranjo institucional com alta capacidade política é aquele que:

- a) Opera por meio de expertise técnica isolada, sem conexão com demandas externas.
- b) Contém mecanismos de escuta, deliberação e participação, mesmo com limitações de infraestrutura ou pessoal.
- c) Está restrito ao ciclo orçamentário federal e à lógica de execução verticalizada.
- d) Funciona com foco exclusivo em metas de desempenho e produtividade interna.
- e) Evita interferência de atores sociais e se baseia na autonomia decisória dos órgãos de controle.

4. Os conselhos gestores de políticas públicas emergem como uma forma institucionalizada de participação social na gestão estatal, representando uma inovação democrática ao permitir que segmentos da sociedade civil organizada exerçam controle e influência sobre a formulação e a implementação de políticas. Seu valor político não está na neutralidade, mas no caráter contraditório e plural das disputas presentes nesses espaços, onde diferentes visões de mundo, interesses e projetos de sociedade se confrontam.

Com base nessa perspectiva, pode-se afirmar que os conselhos:

- a) substituem os canais tradicionais de representação política, como os partidos e o parlamento, sendo expressão superior da vontade popular.
- b) são espaços de deliberação coletiva que, embora regulados pelo Estado, viabilizam o exercício do controle social e a ampliação da cidadania.
- c) atuam como mecanismos auxiliares do Executivo, com função consultiva limitada à aprovação de metas previamente definidas pelo governo.
- d) representam uma forma de participação direta, mas apenas entre atores governamentais e técnicos das respectivas áreas políticas.
- e) promovem a despolitização dos conflitos ao mediar a sociedade civil por meio de pactos previamente acordados com os agentes estatais.

5. Analise os itens a seguir sobre os diferentes modelos de Estado na tradição ocidental:

- I. O Estado absolutista, típico da transição do feudalismo para o capitalismo, concentra os poderes nas mãos do soberano, e sua legitimidade decorre do direito divino ou do pacto entre nobres e rei, não havendo separação clara entre os poderes.
- II. O Estado liberal de direito afirma-se como contraponto ao absolutismo, fundado no princípio da limitação do poder estatal, com ênfase na separação dos poderes, nas liberdades individuais e na propriedade privada como núcleo da cidadania.
- III. O Estado social, surgido no século XX, amplia a função estatal ao incorporar direitos sociais, econômicos e culturais, assumindo o dever de intervir na economia e de promover políticas de bem-estar coletivo.
- IV. O Estado democrático de direito mantém os pilares do Estado liberal e do Estado social, mas amplia a cidadania ao valorizar a participação popular, o pluralismo político, a igualdade material e o controle social das instituições públicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Elisabete Moreira*

6. Levando-se em consideração o ciclo de políticas públicas, a fase de avaliação constitui um processo de julgamento acerca da validade das propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática. A partir dos anos 70, quando várias políticas vinculadas ao Estado do Bem-estar Social foram colocadas em xeque, passou-se a promover o estudo sobre o término ou a extinção de políticas públicas, cuja tarefa é dificultosa, entre outras razões, pela relutância dos beneficiados, além da inércia institucional. Nesse sentido, pode ser considerado um motivo dificultador para a extinção de uma política redistributiva:

- a) pequenos grupos que têm capacidade de organização de interesses substancialmente superior à dos grandes grupos.
- b) grupos beneficiários que conseguem fazer com que a política continue existindo, mesmo quando ela se mostra contrária ao interesse coletivo.
- c) a falta de atores políticos interessados em fazer uma “faxina” na política que não tem mais razão de existir.
- d) uma organização não governamental que luta para continuar produzindo fortes argumentos de urgência e necessidade para que seu trabalho continue percebido como relevante na sociedade.
- e) um alto grau de conflito gerado entre grupos beneficiários e pagadores.

7. As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições em um processo de política pública. James Wilson, por exemplo, desenvolveu uma tipologia na qual adota o critério da distribuição dos custos e benefícios, corroborando e complementando a tipologia de Lowi. O tipo de política pública na qual importam em benefícios coletivos, e os custos que ficam concentrados sobre certas categorias são classificadas em:

- a) Política majoritária.
- b) Política clientelista.
- c) Política empreendedora.
- d) Política de grupo de interesses.
- e) Política redistributiva.

8. A natureza política das políticas públicas, que interliga a *polity*, a *policy* e a *politics*, se traduz em artefatos gerenciais como planos, os quais se concretizam em ações de conteúdo tático-gerencial, a exemplo de

- a) programas.
- b) projetos.
- c) processos.
- d) atividades.
- e) tarefas.

9. Acerca da definição de políticas públicas, analise as alternativas a seguir:

- I. A abordagem estatista considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais.
- II. A centralidade atual do Estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência, por exemplo, do controle de grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas públicas robustas e temporais.
- III. Dentre as políticas governamentais estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes e, em alguns casos, elas se diferem das políticas públicas.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III estão corretos.
- e) I, II e III estão errados.

10. O processo de elaboração de políticas públicas também conhecido como ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Entretanto, alguns estudiosos argumentam que o ciclo raramente reflete a real dinâmica da vida de uma política pública. Acerca do ciclo de políticas públicas, é correto afirmar:

- a) Um problema público é um conceito subjetivo, não existe senão na cabeça das pessoas, e sua definição é oficial e temporária.
- b) O modelo incremental contesta o ciclo de políticas públicas na medida que descreve que soluções muitas vezes nascem antes dos problemas.
- c) A delimitação do problema envolve definir quais são seus elementos, suas causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações, com vistas a resolver completamente o problema.
- d) A agenda da mídia dificilmente consegue condicionar as agendas institucionais.
- e) A teoria do equilíbrio pontuado explica, na fase de identificação do problema, porque alguns problemas entram na agenda política e outros não.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Tiago Zanolla

11. Em uma roda de conversa promovida por uma corregedoria, servidores discutem o papel da diversidade nas relações institucionais. Parte do grupo entende que basta reconhecer diferenças de cor, idade e gênero. Outros, contudo, defendem que é necessário incluir também dimensões subjetivas, como valores e modos de agir, para prevenir práticas discriminatórias.

Com base nos princípios éticos no serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) O respeito ao outro depende do quanto ele corresponde às expectativas sociais e culturais do servidor público.

- b) A solidariedade gera apenas benefícios individuais, como a paz interior e o fortalecimento emocional do agente público.
- c) A cooperação é incompatível com as diferenças culturais, pois exige unidade de pensamento para sua efetivação.
- d) A diversidade em nível profundo está relacionada à superação de comportamentos discriminatórios e à valorização de valores distintos.
- e) A inclusão social, no âmbito da diversidade, é menos relevante do que a igualdade formal no tratamento das pessoas.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Stefan Fantini

12. A governança surgiu com objetivo de evitar a chamada

- a) Legitimidade
- b) Teoria da Agência
- c) Teoria de Maslow
- d) Teoria dos Três Poderes
- e) Accountability

13. São princípios da governança pública, EXCETO:

- a) Capacidade de resposta.
- b) Integridade.
- c) Confiabilidade.
- d) Melhoria regulatória.
- e) Sigilo.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

14. Cláudio, estudando a matéria de "Transparência" para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), segundo a Lei 12.527/2011, afirmou INCORRETAMENTE que

- a) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que forem destinatários de recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão deverão divulgar informações relativas aos seus empregados, incluindo o quantitativo total de empregados da entidade e o quantitativo de funções gratificadas.
- b) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem contribuições deverão divulgar lista, discriminada por faixas salariais, das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus funcionários, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, as gratificações, os jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias.
- c) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão têm o dever de divulgar o plano de cargos e salários de seus funcionários, inclusive com a divulgação dos critérios para a evolução na carreira e para a fixação da política salarial.
- d) Os conselhos de fiscalização profissional, como o CREA, devem divulgar, de forma nominal e individualizada, lista das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus empregados, exceto se eventuais.
- e) Entidades privadas sem fins lucrativos, como as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), que recebam recursos públicos, deverão dar publicidade aos valores recebidos e respectiva destinação.

15. Joana, jornalista investigativa, solicitou à Prefeitura do Município Alfa informações sobre os gastos com publicidade nos últimos dois anos. Após 18 dias, recebeu uma resposta negativa, sob o argumento de que os dados eram estratégicos para a administração e, por isso, sigilosos. Inconformada, Joana pretende recorrer. De acordo com a Lei 12.527/2011, a conduta da Prefeitura está:

- a) Correta, pois a administração pública pode, discricionariamente, classificar informações como sigilosas para proteger suas estratégias de gestão.
- b) Incorreta, pois a negativa de acesso à informação, quando não fundamentada na legislação, sujeita o responsável a medidas disciplinares.
- c) Correta, pois informações financeiras e contábeis de entes públicos são inerentemente sigilosas, não se submetendo à regra geral de publicidade.
- d) Incorreta, pois o prazo para resposta da administração já havia se esgotado, devendo a informação ser liberada automaticamente.
- e) Correta, pois o pedido deveria ter sido direcionado ao Tribunal de Contas, órgão competente para fiscalizar os gastos municipais, e não à Prefeitura.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Herbert Almeida*

16. Com base em entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do regime jurídico dos servidores públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19/1998, assinale a afirmativa correta:

- a) a decisão do STF declarou a inconstitucionalidade da EC 19/1998, restabelecendo o regime jurídico único para todos os entes federativos, com eficácia retroativa.
- b) a coexistência de regimes jurídicos para servidores públicos permanece vedada, exceto nas autarquias e fundações públicas, que admitem o regime celetista.
- c) a decisão do STF reconheceu a constitucionalidade da EC 19/1998, admitindo múltiplos regimes jurídicos para servidores públicos, desde que mantida a obrigatoriedade de estabilidade para todos os servidores ou empregados públicos admitidos nas entidades de direito público.
- d) a revogação da obrigatoriedade do regime jurídico único foi declarada constitucional pelo STF, permitindo aos entes federativos a adoção de regimes celetistas ou estatutários na administração direta, autárquica ou fundacional.
- e) a adoção do regime celetista pelos entes públicos tornou-se obrigatória após a decisão do STF, excetuadas as carreiras típicas de Estado, que continuam vinculadas ao regime estatutário.

17. Júlia foi contratada como engenheira civil pela Empresa Pública Gama, após ser aprovada em concurso público. Após dez anos de serviços prestados, Júlia foi informada de sua demissão, por meio de um comunicado oficial da empresa. No documento, a empresa pública alegou que a demissão se deu por "reestruturação organizacional e contenção de despesas". Júlia, inconformada com a decisão, argumentou que não houve processo administrativo disciplinar e que a motivação apresentada pela estatal era

insuficiente, pois não especificava qualquer irregularidade em sua conduta ou desempenho que justificasse a demissão. Considerando a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), analise as seguintes alternativas sobre a demissão de Júlia e assinale a correta:

- a) a demissão de Júlia é inválida, pois a empresa pública não realizou um processo administrativo disciplinar antes de demiti-la.
- b) a demissão de Júlia é inválida, uma vez que a empresa pública não apresentou uma motivação fundamentada em justa causa prevista na legislação trabalhista.
- c) a demissão de Júlia é válida, desde que a motivação apresentada pela empresa pública seja formalmente registrada e contenha fundamento razoável, não havendo necessidade de processo administrativo ou de comprovação de justa causa.
- d) a demissão de Júlia é válida, pois empresas públicas e sociedades de economia mista não têm obrigação de motivar a demissão de seus empregados concursados.
- e) a demissão de Júlia é inválida, pois, embora a empresa pública tenha apresentado motivação, esta não especificou justificativa pessoal sobre o desempenho ou conduta de Júlia.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Stefan Fantini*

18. De acordo com o decreto-lei 200/67, as atividades de administração pública federal deveriam seguir cinco princípios. Indique a alternativa que não traz um desses princípios.

- a) Planejamento
- b) Coordenação
- c) Centralização
- d) Delegação de Competência
- e) Controle

19. É possível interpretar a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 segundo cinco diretrizes principais. Indique a alternativa que não traz uma dessas diretrizes.

- a) Institucionalização.
- b) Racionalização.
- c) Rigidez.
- d) Publicização.
- e) Desestatização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Leandro Ravyelle

20. O Governo Federal, no primeiro ano de uma nova gestão presidencial, decidiu propor alterações estruturais em programas de investimentos vinculados à infraestrutura logística do país, prevendo a execução de um projeto estratégico com impacto regional de longo prazo. Durante análise técnica, a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados alertou que a proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo previa a execução do referido projeto já no exercício seguinte, embora este não estivesse previsto no Plano Plurianual vigente.

Considerando o arcabouço constitucional e legal que rege o processo orçamentário brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A inclusão de novo projeto estratégico de longo prazo no orçamento anual independe de sua previsão no PPA, desde que a LDO preveja metas e prioridades compatíveis.
- b) A proposta de Plano Plurianual a ser enviada pelo Presidente no seu primeiro ano de mandato deve observar os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas, uma vez que, o Poder Executivo deve, individual ou conjuntamente, realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados.

c) A Constituição Federal permite que programas não incluídos no PPA sejam executados diretamente por meio da LOA, desde que o Congresso Nacional os aprove via orçamento público.

d) A LDO, por ser instrumento de mediação entre planejamento e orçamento, tem o poder de autorizar a execução de programas mesmo que não previstos no PPA, por meio das prioridades elencadas para o ano seguinte.

e) O projeto em questão poderá ser incluído na LOA, desde que previsto na LDO, dispensando previsão no PPA, pois a vinculação entre os três instrumentos é meramente operacional, já que o investimento proposto não ultrapassa um exercício.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Ricardo Torques

21. Considere o texto sobre a igualdade e a proteção dos direitos humanos.

“Se o combate à discriminação é medida emergencial à implementação do direito à igualdade, todavia, por si só, é medida insuficiente. Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais.”
(PIOVESAN, Flavia. *Temas de Direitos Humanos - 13ª Edição 2025*. 13. ed. Rio de Janeiro).

É exemplo de estratégia promocional capaz de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais:

- a) Ações afirmativas.
- b) Igualdade formal.
- c) Restrição à política de cotas.
- d) Discriminação negativa.
- e) Formação de estereótipos.

22. Considere o texto sobre a violência doméstica no Brasil.

“Levantamento da Rede de Observatórios da Segurança apontou o avanço da violência contra a mulher. Segundo a pesquisa “Elas Vivem: um caminho de luta”, a cada 24 horas, em média, 13 mulheres foram vítimas de algum tipo de violência no ano passado. O levantamento se refere a nove estados monitorados pela entidade.

O número de casos cresceu mais de 12% em relação a 2023. Foram mais de 4 mil ocorrências, sendo 531 feminicídios, apenas nesses estados.

O Amazonas, que aparece pela primeira vez no monitoramento, registrou 604 casos, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Foram 33 feminicídios, 15 deles por parceiros ou ex-parceiros. No caso da violência sexual, 80% das vítimas tinham de 0 a 17 anos.”

Visando coibir a violência doméstica no Brasil, foi promulgada a Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha. A referida legislação estabelece que qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria configurará violência:

- a) Psicológica.
- b) Sexual.
- c) Moral.
- d) Física.
- e) Jurídica.

23. A Universidade X, após caso de racismo em suas dependências, promoveu uma série de debates e palestras sobre o tema. Em uma das palestras o tema levantado foi a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais. Segundo o Estatuto Nacional da Igualdade Racial (EIR), disciplinado pela Lei 12.228/2010, essa assimetria pode ser conceituada como:

- a) Discriminação racial.
- b) Desigualdade racial.
- c) Desigualdade de gênero.
- d) Desigualdade de gênero e raça.
- e) Estereotipagem de gênero.

24. Maria é pessoa idosa atualmente com 82 anos. Após uma mudança abrupta do tempo, ela foi internada com o diagnóstico de pneumonia. Alegando falta de estrutura, o hospital negou o pedido de Maria para que tivesse um acompanhante ao seu lado durante a internação. Considerando o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/03) à pessoa idosa internada ou em observação

- a) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.
- b) é possível ao hospital negar o direito a acompanhante por falta de estrutura.
- c) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo a vontade da idosa.
- d) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
- e) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.

25. O Decreto 8.727/2016 Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Considerando as disposições do referido decreto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.
- b) Considera-se nome social a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.
- c) Considera-se identidade de gênero a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.
- d) É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.
- e) O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, quando entender oportuno.

TRABALHO E TECNOLOGIA

Emannuelle Gouveia

26. Com o avanço das tecnologias digitais, especialmente a partir da chamada Quarta Revolução Industrial, novas formas de organização do trabalho vêm sendo adotadas. Entre os impactos mais relevantes dessas transformações está:

- a) O aumento do emprego formal com estabilidade, impulsionado pela automação de tarefas repetitivas.
- b) A substituição integral de atividades humanas por sistemas inteligentes em todos os setores produtivos.
- c) A ampliação do trabalho remoto e por demanda (gig economy), com flexibilização de vínculos empregatícios.
- d) A eliminação da desigualdade de acesso ao mercado de trabalho em razão da conectividade global.
- e) O fortalecimento de estruturas sindicais tradicionais, como resposta direta à digitalização.

27. O uso de tecnologias como algoritmos, inteligência artificial e plataformas digitais nas relações de trabalho tem gerado debates sobre os limites éticos e legais dessas transformações. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta:

- a) O monitoramento algorítmico substitui completamente a gestão humana, eliminando qualquer viés.
- b) A descentralização do local de trabalho anulou a responsabilidade legal das empresas sobre as condições laborais.
- c) O uso de aplicativos de trabalho garante automaticamente proteção previdenciária e trabalhista ao usuário.
- d) A adoção de tecnologias eliminou a necessidade de regulamentação das novas formas de trabalho.
- e) As plataformas digitais passaram a definir critérios de remuneração e avaliação com base em sistemas automatizados.

28. O uso da inteligência artificial e da automação no setor público tem ganhado destaque como estratégia para aumentar a produtividade e melhorar a prestação de serviços ao cidadão. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de processos administrativos no setor público é vedada pela legislação brasileira, pois compromete o controle humano sobre decisões institucionais.
- b) O uso de IA em serviços públicos tende a reduzir a produtividade, pois depende exclusivamente de intervenção humana em tempo integral.
- c) A aplicação de IA no setor público visa substituir servidores em todas as funções operacionais e decisórias.
- d) O uso da automação e da inteligência artificial pode contribuir para a redução de filas, melhoria na análise de dados e tomada de decisão baseada em evidências.
- e) O emprego de IA no serviço público não exige regulamentação específica, pois está sujeito apenas à legislação trabalhista tradicional.

29. A adoção de tecnologias digitais no setor público pode trazer uma série de benefícios, mas também envolve riscos e limitações importantes. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de serviços públicos elimina completamente a possibilidade de erros sistêmicos, reduzindo a necessidade de auditorias.
- b) A dependência de fornecedores privados para soluções tecnológicas no setor público pode gerar riscos de dependência tecnológica e comprometimento da soberania digital.
- c) O uso de inteligência artificial em processos administrativos garante decisões neutras e imparciais, eliminando qualquer risco de viés.
- d) Sistemas informatizados tornam desnecessários os controles internos e externos, pois são autossuficientes na detecção de falhas.
- e) A adoção de novas tecnologias no setor público dispensa a necessidade de capacitação contínua dos servidores.

30. A implementação de inteligência artificial e automação no setor público deve ser acompanhada de critérios rigorosos de governança. Sobre os riscos associados a esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) Sistemas de IA públicos não precisam de explicabilidade, desde que sejam eficientes, pois a transparência pode comprometer o desempenho.
- b) O risco de discriminação algorítmica é inexistente quando a base de dados utilizada é exclusivamente composta por dados públicos.
- c) A ausência de fiscalização e diretrizes éticas pode levar à opacidade decisória, violando princípios como legalidade e impessoalidade.
- d) A centralização total dos dados em plataformas únicas elimina qualquer vulnerabilidade relacionada à segurança da informação.
- e) O uso de IA no setor público não interfere na proteção de dados pessoais, pois os sistemas são sempre anonimizados.

EIXO TEMÁTICO 1**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA***Stefan Fantini*

31. O planejamento que envolve a organização como um todo, tem foco no longo prazo e é realizado pela alta cúpula, é conhecido como

- a) planejamento intermediário
- b) planejamento gerencial
- c) planejamento operacional
- d) planejamento estratégico
- e) planejamento tático

32. Na matriz GUT, qual fator está relacionado ao grau de dano ou prejuízo que o problema poderá trazer para a organização?

- a) gravidade
- b) urgência
- c) tendência
- d) anomalia
- e) grandiosidade

33. Os objetivos estratégicos estabelecidos para cumprimento do planejamento estratégico de determinado órgão da Administração Pública Federal devem ser:

- a) Específicos, Mensuráveis, Atingíveis, Relevantes e Temporais
- b) Específicos, Mensuráveis, Inatingíveis, Relevantes e Temporais
- c) Específicos, Mensuráveis, Atingíveis, Irrelevantes e Temporais
- d) Genéricos, Imensuráveis, Atingíveis, Relevantes e Temporais
- e) Genéricos, Mensuráveis, Atingíveis, Relevantes e Temporais.

34. O BSC (Balanced Scorecard) é uma ferramenta que traduz a missão, a visão e a estratégia organizacional, por meio de um mapa estratégico, composto por objetivos estratégicos que estão distribuídos nas seguintes perspectiva. Assinale a alternativa que elenca corretamente essas as 04 perspectivas do BSC:

- a) Política, Cidadão, Governança e Accountability.
- b) Eficiência, Eficácia, Efetividade e Economidade.
- c) Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.
- d) Governança, Governabilidade, Controle e Accountability.
- e) Funcionários, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.

35. A empresa SF123 realizou uma análise SWOT e identificou que 40% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado e equipamentos ultrapassados. Além disso, a empresa SF123 identificou que um grande concorrente está entrando no mercado.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa SF123 identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e ameaças no ambiente externo.

36. Os fragmentos a seguir foram extraídos do Mapa Estratégico 2023-2027 do

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI:

“Ampliar e qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.”

“Colaboração, democracia, diversidade, integridade, participação, qualidade e sustentabilidade.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão e a missão do MGI.
- b) a missão e a visão do MGI.
- c) a missão e os valores do MGI.
- d) a visão e os valores do MGI.
- e) os valores e a missão do MGI.

37. São princípios gerais do planejamento, EXCETO:

- a) planejamento coordenado
- b) precedência do planejamento sobre as demais funções
- c) contribuição aos objetivos
- d) maior influência e abrangência
- e) maiores eficiência, eficácia e efetividade

38. “Mário Bros”, “sexta-feira” e “R\$ 50,00” consistem em algumas das descrições que foram encontradas em alguns dos campos de um mesmo registro de uma ferramenta chamada:

- a) Matriz GUT;
- b) Análise SWOT;
- c) 5W2H;
- d) Diagrama de Pareto;
- e) Diagrama de Ishikawa.

39. Suponha que determinado órgão público Federal tenha atendido, em 2023, 1.000 cidadãos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2024, tenha atendido 1.200 cidadãos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2023 para 2024, o referido órgão foi:

- a) mais eficiente
- b) mais eficaz
- c) menos eficaz
- d) menos eficiente
- e) igualmente eficaz

40. O gerente de produção da empresa Mário Bros COMPANY, fabricante de peças para automóveis, observou um aumento no número de peças produzidas fora dos padrões. Diante desse cenário, o gerente quer monitorar continuamente as atividades, adotando um controle simultâneo.

Um exemplo de controle simultâneo seria:

- a) inspeção de insumos e equipamentos
- b) inspeção de matérias-primas
- c) supervisão direta das atividades
- d) controle de qualidade das peças produzidas
- e) programa de manutenção preventiva

**TENDÊNCIAS DO FUTURO DO TRABALHO
NO SERVIÇO PÚBLICO E GESTÃO DE
PROCESSOS***Rodrigo Rennó*

Acerca do assunto Gestão de Processos, julgue os itens que se seguem.

41. A modelagem de processos é uma etapa essencial na gestão por processos, especialmente quando se busca a melhoria contínua e a automação organizacional. Para isso, são utilizadas notações específicas, como o BPMN (Business Process Model and Notation), que permitem representar os fluxos de trabalho de forma padronizada e compreensível. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A modelagem de processos tem como objetivo central representar os organogramas institucionais, detalhando hierarquias e atribuições formais.
- b) O BPMN é utilizado prioritariamente para descrever metas estratégicas, sem se ocupar dos fluxos operacionais.
- c) A principal função da modelagem é compilar os registros históricos de execução orçamentária, com fins exclusivamente contábeis.
- d) A modelagem de processos busca representar visualmente as atividades, eventos, regras e decisões, facilitando a análise, o redesenho e a integração dos processos.
- e) Modelos de processos são utilizados apenas em organizações privadas que operam em ambientes altamente competitivos.

Acerca do assunto Tendências do futuro do trabalho no serviço público, julgue os itens que se seguem.

42. Com a crescente incorporação da inteligência artificial (IA) no setor público, surgem novas possibilidades de transformação na forma como o Estado se relaciona com o cidadão. Considerando esse cenário de transformação digital, uma das principais potencialidades da adoção de sistemas de IA na administração pública é:

- a) A centralização das decisões estratégicas em núcleos políticos, reduzindo a interferência de órgãos técnicos.
- b) A redução da transparência pública, em razão da complexidade dos algoritmos e da dificuldade de auditoria externa.
- c) A ampliação da capacidade preditiva e analítica do Estado, permitindo maior eficiência na formulação, implementação e personalização de políticas públicas.
- d) A desnecessidade de normativos regulatórios sobre os sistemas automatizados, tendo em vista sua natureza tecnicamente neutra.
- e) A substituição de todas as funções administrativas humanas, eliminando o papel do servidor público nos processos internos.

EIXO TEMÁTICO 2**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS
E PATRIMONIAIS***Ricardo Campanário*

43. Uma organização trabalha com 25 itens diferentes de materiais. Os itens X, Y e Z fazem parte da Classe A da curva ABC. O item A possui em estoque de segurança de 200 unidades, custo do pedido de \$15, lote de compra de 1500 unidades, custo de manutenção dos estoques de \$1500/ano, tempo de reposição de 30 dias e consumo médio de 3000 unidades/mês em um mês de 30 dias. Nesse cenário, quais são os estoques máximo e médio do item A, respectivamente.

- a) 1.000 e 500 unidades
- b) 1.700 e 950 unidades
- c) 1.000 e 950 unidades
- d) 1.700 e 500 unidades
- e) 1.250 e 500 unidades

44. Uma organização trabalha com 25 itens diferentes de materiais. Os itens X, Y e Z fazem parte da Classe A da curva ABC. O item A possui em estoque de segurança de 200 unidades, custo do pedido de \$15, lote de compra de 1500 unidades, custo de manutenção dos estoques de \$1500/ano, tempo de reposição de 30 dias e consumo médio de 3000 unidades/mês em um mês de 30 dias. Nesse cenário, qual o ponto do pedido do item A:

- a) 2.300 unidades
- b) 3.000 unidades
- c) 3.200 unidades
- d) 3.500 unidades
- e) 4.200 unidades

45. Uma organização tem a expectativa de vender 8.000 unidades do item B ao longo do ano. Hoje esta mesma organização trabalha com um estoque médio de 1.600 unidades. Qual o giro esperado do estoque levando em conta este cenário

- a) 5 vezes
- b) 0,2 vezes
- c) 2 vezes
- d) 12 vezes
- e) 0,5 vezes

46. A mesma organização agora se deparou com um estoque de 4.200 unidades e planeja vender ao longo do ano 12.600 unidades. Qual a cobertura atual em meses:

- a) 2 meses
- b) 10 meses
- c) 12,6 meses
- d) 4 meses
- e) 0,4 mês

PARCERIAS ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE

Antônio Daud

47. A organização da sociedade civil (OSC) "Bem-Estar Comunitário", que atua há cinco anos no fomento a atividades culturais, pretende celebrar um termo de fomento com o Município Alfa para a realização de um festival de música local. Ocorre que o presidente da OSC é cônjuge de uma vereadora do Município Alfa, que exerce ativamente seu mandato na Câmara Municipal. Diante dessa situação hipotética, e à luz da Lei nº 13.019/2014, assinale a afirmativa correta.

- a) A celebração da parceria é vedada, pois a OSC possui como dirigente cônjuge de membro do Poder Legislativo municipal.
- b) A parceria poderá ser celebrada normalmente, pois a vedação se aplicaria apenas se o dirigente da OSC fosse o próprio membro do Poder Legislativo.
- c) A celebração da parceria é permitida, desde que a vereadora se licencie do cargo durante a execução do termo de fomento.
- d) A vedação legal se aplicaria apenas a parcerias com o Poder Legislativo, não se estendendo a parcerias celebradas com o Poder Executivo municipal.
- e) A parceria somente seria possível se o dirigente da OSC e a vereadora comprovassem estar casados em regime de separação total de bens.

48. O Governo do Estado Beta pretende executar um projeto de capacitação de agricultores familiares em técnicas de cultivo sustentável, em uma região remota e de difícil acesso. Após pesquisa de mercado, a Secretaria de Agricultura verificou que apenas a OSC "Sertão Verde", com mais de 20 anos de atuação e reconhecimento internacional, possui a *expertise* e a estrutura necessárias para realizar o projeto com a eficácia desejada. A administração pública, então, pretende firmar a parceria diretamente com a referida OSC. Sobre a possibilidade de não realizar o chamamento público, de acordo com a Lei 13.019/2014, assinale a opção correta.

- a) A realização do chamamento público é sempre obrigatória para a celebração de termos de fomento ou colaboração, não havendo exceções.
- b) A situação configura hipótese de dispensa de chamamento público, aplicável a casos de urgência e calamidade pública.
- c) É possível a contratação direta por inexigibilidade de chamamento público, desde que se demonstre a inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil.
- d) A inexigibilidade de chamamento público só é permitida para parcerias cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido para dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021.
- e) A contratação direta só seria possível se o projeto fosse desenvolvido em parceria com universidades públicas, não com uma OSC.

GESTÃO DE RISCOS

Rodrigo Rennó

Acerca do assunto Gestão de Riscos, julgue os itens que se seguem.

49. Durante a fase de tratamento de riscos, uma organização opta por contratar um seguro para se resguardar de potenciais prejuízos financeiros decorrentes da interrupção de suas operações

logísticas. Essa decisão estratégica corresponde a qual abordagem de tratamento de risco?

- a) Aceitação consciente do risco, baseada em limiares internos de tolerância e resiliência operacional.
- b) Redução da probabilidade de ocorrência por meio da internalização do controle de todos os processos críticos.
- c) Compartilhamento do risco, mediante transferência parcial de seus efeitos financeiros a terceiros especializados.
- d) Evitação do risco, com encerramento definitivo da atividade causadora da exposição.
- e) Eliminação do risco, com o encerramento dos contratos comerciais com os fornecedores logísticos envolvidos.

50. Diversas técnicas podem ser utilizadas no processo de gestão de riscos para apoiar a análise e a tomada de decisão. Uma delas, amplamente aplicada para prever cenários futuros, consiste em rodadas sucessivas de questionamentos estruturados com especialistas, mesmo de forma remota, com o intuito de obter consenso sobre fenômenos complexos e incertos. Essa técnica é conhecida como:

- a) Análise de Árvore de Falhas (FTA), com foco na decomposição lógica dos riscos por meio de eventos básicos.
- b) Técnica Delphi, que favorece a construção de previsões qualificadas por meio de iterações sucessivas e controle do viés.
- c) Análise Bow Tie, que vincula eventos de risco com ameaças e consequências em um modelo visual.
- d) Análise de Modos de Falha e Efeitos (FMEA), voltada à quantificação de falhas operacionais conhecidas.
- e) What-if/checklist, que explora cenários hipotéticos e segue uma lista padronizada de riscos operacionais.

Acerca do assunto Participação social nos processos de gestão das políticas públicas, julgue os itens que se seguem.

51. As conferências de políticas públicas compõem o conjunto de mecanismos de participação social instituídos pela Constituição de 1988 e vêm sendo utilizadas em diversas áreas, como saúde, assistência social e educação. Sobre o papel das conferências no processo de gestão pública participativa, assinale a alternativa correta:

- a) As conferências atuam como espaços amplos e periódicos de mobilização social, contribuindo para o diagnóstico de problemas, a definição de prioridades e a formulação de diretrizes para políticas públicas.
- b) Sua principal finalidade é aprovar, de forma definitiva, os projetos de lei do orçamento público de cada ente federativo.
- c) As conferências têm função apenas consultiva e são organizadas exclusivamente pelo Poder Judiciário para fins de mediação institucional.
- d) São restritas ao nível federal, não podendo ser organizadas por estados ou municípios sem autorização legislativa específica.
- e) As conferências substituem os conselhos de políticas públicas como instâncias permanentes de deliberação e monitoramento.

52. Os conselhos de políticas públicas surgiram no Brasil como uma estratégia institucional para viabilizar a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas estatais. Muitos deles são paritários, deliberativos e vinculados a áreas como saúde, educação e assistência social. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) Os conselhos exercem função meramente simbólica, pois não possuem poder normativo ou qualquer efeito sobre a implementação das políticas públicas.

b) A composição dos conselhos é determinada exclusivamente por critérios técnicos, não havendo espaço para representantes da sociedade civil.

c) A atuação dos conselhos promove o controle social e fortalece a articulação entre Estado e sociedade, contribuindo para a legitimidade e a efetividade das políticas públicas.

d) Os conselhos são instâncias autônomas e independentes, capazes de revogar normas legais ou orçamentárias sem autorização do Poder Executivo.

e) Sua atuação é restrita à fiscalização contábil e financeira das políticas públicas, competindo com os tribunais de contas.

Acerca do assunto Inovação na gestão pública, julgue os itens que se seguem.

53. O conceito de governo eletrônico (e-Gov) vai além da informatização de serviços públicos. Ele representa uma estratégia governamental orientada para a modernização do Estado por meio da adoção de tecnologias de informação e comunicação (TICs). Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta:

a) O governo eletrônico limita-se à presença institucional do Estado na internet, com foco na divulgação de conteúdos institucionais.

b) Trata-se de uma iniciativa voltada unicamente à substituição de servidores públicos por sistemas digitais autônomos.

c) O uso de plataformas eletrônicas no serviço público deve restringir-se às funções administrativas internas, sem envolvimento do cidadão.

d) Sua principal finalidade é permitir o controle algorítmico das decisões administrativas e judiciais por meio de redes privadas.

e) O e-Gov consiste na utilização de TICs para ampliar a eficiência da gestão pública, melhorar o acesso aos serviços, promover a transparência e estimular a participação cidadã.

54. A implementação de soluções de Inteligência Artificial (IA) na gestão pública oferece diversas oportunidades para aprimorar a eficiência estatal. No entanto, o uso dessas tecnologias também levanta preocupações relevantes. Entre os riscos associados ao uso da IA no setor público, destaca-se:

- a) O aumento da eficiência na prestação de serviços e a ampliação da capacidade analítica do Estado.
- b) A possibilidade de reprodução e ampliação de preconceitos e discriminações contidos nos dados que alimentam os algoritmos, afetando negativamente grupos vulneráveis.
- c) A tendência de redução da carga burocrática, com melhora da experiência do usuário nos canais digitais.
- d) A necessidade de revisão periódica dos fluxos processuais e integração interinstitucional.
- e) A substituição de atividades redundantes e repetitivas por soluções automatizadas com maior previsibilidade e padronização.

EIXO TEMÁTICO 3

POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisabete Moreira

55. A literatura acerca da gestão de políticas públicas é muito diversa e rica, permitindo a análise desde a fase inicial, de construção do problema, até a avaliação final, de verificação dos resultados alcançados. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A programação de créditos orçamentários e às condições para execução das despesas correspondentes, bem como a concessão de gastos tributários e mecanismos de financiamento providos por instituições financeiras estatais devem ocorrer essencialmente nas fases de elaboração e de implementação das políticas públicas.

b) Um dos riscos a ser avaliado e controlado numa política pública é o decorrente de limitações fiscais e orçamentárias, observado e monitorado sobretudo na fase de implementação.

c) O conceito de política pública é consensual na literatura dominante, não havendo, pelo menos, ideias conflitantes ou antagônicas acerca do tema.

d) No modelo do ciclo de políticas públicas entende-se que todos os atores podem estar envolvidos na montagem da agenda; no entanto, na etapa de discussão de alternativas que compõem o processo de formulação da política entende-se que apenas um subconjunto desse universo participa das discussões mais especializadas.

e) Existem entendimentos que tornam inviável a aplicação de instrumentos de avaliação destinados a verificar e explicitar os meios e as condições de governança das políticas públicas, sobretudo nos casos de políticas públicas fragmentadas, com fases de desenvolvimento não consonantes com o ciclo de políticas públicas, ou com níveis incipientes de institucionalização.

56. Após terem sido formuladas, as políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas, que, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de cima para baixo (*Top-Down*), indique qual das características abaixo não deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos/tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

57. A avaliação das políticas públicas se tornou uma etapa institucionalizada no ciclo das políticas públicas, permitindo,

- a) a elaboração coletiva de métricas avaliativas.
- b) a definição participativa dos interesses dos atores envolvidos.
- c) as interrogações em relação aos determinantes que influenciam nos resultados individuais de avaliação.
- d) o processo de tomada de decisão acerca da efetividade das ações.
- e) a formação de novas agendas e a construção de novos interesses individuais.

58. A gestão pública, nas últimas décadas, avançou sobremaneira no processo controle de políticas públicas, nas fases de formulação, implementação e controle, por meio da identificação de critérios, indicadores e padrões, claros, mensuráveis, relevantes e temporais. Acerca dos principais critérios utilizados para avaliação de políticas públicas, escolha a alternativa correta.

- a) A equidade verifica a homogeneidade de distribuição de benefícios ou punições, levando-se em conta as características da partida.
- b) A eficiência administrativa trata da relação entre outputs e inputs.
- c) A economicidade refere-se ao nível de saídas de um processo.
- d) A produtividade refere-se ao nível de utilização dos recursos.
- e) A eficácia refere-se à geração de valor para a população.

59. No contexto das políticas públicas, a dinâmica das relações entre os atores pode obedecer a padrões que geram conflitos, situações competitivas ou mesmo situações em que trocas geram benefícios mútuos. Um dos fatores relevantes que consiste em um acordo ou uma aliança, duradoura ou não, a fim de viabilizar alguns dos objetivos das partes

envolvidas, pequenos pontos de interesse comum, embora permaneçam suas divergências com relação a muitos outros temas é denominado:

- a) Autoridades de interesse
- b) Coalizões de interesse
- c) Conluíus de interesse
- d) Debates de interesses
- e) Pressão política

60. A respeito da análise custo-efetividade (ACE) e da análise custo-benefício (ACB), assinale a opção correta.

- a) A ACE é mais adequada a projetos econômicos.
- b) A ACB é mais adequada a projetos sociais.
- c) A ACB e a ACE são indicadores de eficácia.
- d) A ACB mede a relação entre os custos de uma política em relação ao seu benefício e a ACE mede a relação entre os custos monetários em relação à efetividade da ação.
- e) A ACB e a ACE são compatíveis com a avaliação ex ante.

61. Há na literatura diversos modelos disponíveis para análise e avaliação de políticas públicas, com vistas a emitir um julgamento e atribuir valor aos resultados alcançados. Acerca do tema, avalie a alternativa correta.

- a) A avaliação formativa tem o objetivo de definir a continuação, ampliação ou adoção do programa.
- b) A avaliação somativa tem o objetivo de analisar o conteúdo da política pública depois da implementação, focado no resultado.
- c) A avaliação interna da política pública é realizada visando verificar os procedimentos internos da Instituição responsável pela implementação.
- d) A avaliação de impacto identifica os efeitos produzidos sobre os beneficiários da política pública, focando na eficiência da gestão.
- e) A avaliação ex ante é realizada no momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa ao monitoramento da política pública em andamento

62. A importância de estudar a fase de implementação de uma política pública está na possibilidade de visualizar, por meio de esquemas analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase nas diversas áreas, como saúde, educação, saneamento, etc. Acerca dessa fase, analise as alternativas.

- I. No caso de realização de uma pesquisa no processo de implantação, o objetivo deve ser mais prescritivo que descritivo.
- II. Um dos instrumentos utilizados nessa fase é a desregulamentação e a legalização.
- III. É nessa fase que o problema político se traduz num problema técnico ou administrativo, sobrepondo-se as questões políticas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

63. O processo de tomada de decisão e de formulação de políticas é complexo e influenciado por múltiplos fatores contextuais e atores sociais. Levando em consideração que as políticas são medidas implementadas para resolução de problemas prioritários, quanto mais os tomadores de decisão se apoiarem em evidências confiáveis, maior a probabilidade de sucesso da política. Acerca das políticas públicas informadas por evidências – PIE, avalie as alternativas e aponte a correta.

- a) Um dos fatores facilitadores para o processo de PIE é know-how técnico científico existente sobre os diversos temas, bastante usado nos processos de priorização, formulação, implementação e avaliação de políticas.
- b) Para facilitar o processo de PIE é necessária a colaboração dos pesquisadores que ajudam na apresentação de evidências confiáveis em diferentes formatos, que servem para embasar todos os processos de Políticas Públicas.
- c) Para que uma política pública seja mais efetiva na resolução do problema, é necessário que as evidências sejam consideradas, sobrepondo-se a outros aspectos não comprovados cientificamente.
- d) O uso do termo “informado por evidências”, em vez de “baseado em evidências”, é utilizado para reconhecer que as evidências da pesquisa são apenas uma das fontes de informação que apoiam uma decisão política.
- e) Segundo publicações do IPEA e outros organismos internacionais, o uso de evidências no planejamento, implementação e controle das políticas públicas mostra-se institucionalizado, do ponto de vista de seu uso e prática na administração federal.

64. A participação da burocracia no processo de políticas públicas tem se tornado cada vez mais marcante e tem sido vista como necessária para aumentar a eficácia das políticas públicas, não obstante haver opiniões divergentes acerca do tema. Acerca do papel da burocracia, sua relação com o Estado e participação no processo de políticas públicas, aponte a alternativa correta.

- a) A influência da burocracia inicia-se na fase de elaboração de políticas públicas, mas é na fase de tomada de decisão que os burocratas exercem o papel mais importante.
- b) Na implementação, os burocratas, em muitos casos, não exercem um papel relevante, pois a execução pode ser atribuída a terceiros a partir da utilização de instrumentos como fundos, consórcios, convênios, entre outros.
- c) Na formação da agenda, os burocratas captam os problemas públicos, percebendo de forma indireta as necessidades dos destinatários das políticas públicas,
- d) Na implementação, os burocratas conseguem se beneficiar de sua posição privilegiada para interpretar objetivos da política pública a favor de seus interesses.
- e) Na avaliação, a participação dos burocratas tende a ser diminuída, não obstante eles serem responsáveis, em muitos casos, de abastecerem os sistemas de controle com dados relevantes.

65. Conforme alguns estudiosos, segundo Downs, os burocratas, podem ser classificados em categorias que variam de acordo com os tipos de interesse que defendem. Nesse caso, a categoria de burocrata focado em suas carreiras e que pensam exclusivamente em escalar a hierarquia são denominados

- a) Alpinistas
- b) Conservadores
- c) Devotos
- d) Defensores (*advocates*)
- e) Homens de Estado

66. O estudo sistemático, em termos históricos, das políticas públicas desenvolve-se no período pós-guerra, com os precursores das teorias comportamentais, momento no qual a preocupação voltou-se para o estudo dos processos decisórios que orientavam a ação governamental. Nesse diapasão, muitos estudos passaram a ser promovidos e não obstante a constante busca pela racionalidade no processo decisório, se reconhece que não há solução única para um problema, outrossim, há soluções possíveis, que se mostram adequadas em determinado contexto econômico, social, ambiental e político. Levando-se em consideração as ideias trazidas, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os Fundos Constitucionais de Financiamento atualmente são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), constituídos de parcela de recursos tributários da União destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.
- II. Entre os desafios na implementação de políticas públicas estão as barreiras de competência analíticas relacionadas à missão, a falta de apoio burocrático e político e à capacidade operacional.
- III. Entre os desafios enfrentados na fase de avaliação de políticas públicas pode-se citar restrições técnicas, organizacionais e políticas, a exemplo de interesse dos gestores públicos, que no caso de haver uma avaliação desfavorável dos programas que dirigem pode levar a restrições de oportunidades.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

EIXO TEMÁTICO 4**CONTABILIDADE PÚBLICA***Gilmar Possati*

67. O Município Audazes dos Pampas, após esgotar as tentativas administrativas de cobrança de um crédito tributário referente ao IPTU de 2024, procedeu à sua inscrição como Dívida Ativa. Este crédito, por sua natureza, não foi recebido no prazo legal e o município busca a recuperação desses valores por via judicial.

À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que indica corretamente como a inscrição desse crédito em Dívida Ativa deve ser tratada contabilmente no Balanço Patrimonial do Município Audazes dos Pampas e qual a sua natureza em relação ao patrimônio líquido:

- a) A inscrição do crédito em Dívida Ativa deve ser reconhecida como uma Receita Orçamentária, pois representa uma entrada de recurso, aumentando o patrimônio líquido do município.
- b) A inscrição do crédito em Dívida Ativa configura um fato contábil modificativo, resultando em um aumento do ativo e, consequentemente, do patrimônio líquido do município.
- c) O crédito deve ser reclassificado do Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante como Dívida Ativa, configurando um fato contábil permutativo que não altera o patrimônio líquido do município.
- d) A Dívida Ativa não é reconhecida no Balanço Patrimonial, mas sim exclusivamente em contas de controle, pois sua realização é incerta e não impacta diretamente o patrimônio no momento da inscrição.
- e) A inscrição em Dívida Ativa exige a constituição de uma provisão para perdas, reconhecida como passivo no Balanço Patrimonial, diminuindo o patrimônio líquido do município.

68. Em 2024, o Município Audazes dos Pampas empenhou uma despesa de R\$ 10.000,00 para a aquisição de licenças de software. Ao final do exercício de 2024, os softwares foram entregues e implementados, mas a nota fiscal ainda não havia sido processada pela contabilidade para a liquidação da despesa. Por essa razão, a despesa foi inscrita como Restos a Pagar Não Processados (RPNP). Em 2025, a nota fiscal foi finalmente processada, e a despesa foi liquidada. No entanto, devido a um atraso no fluxo de caixa, o pagamento não pode ser realizado imediatamente.

Assinale a opção que indica corretamente como essa situação deve ser contabilizada e classificada em 2025:

- a) Em 2025, a despesa deve ser classificada como uma Despesa de Exercícios Anteriores (DEA) no Balanço Orçamentário, e a liquidação em 2025 causará um registro de passivo patrimonial, uma vez que em 2024 não houve a liquidação.
- b) O RPNP inscrito em 2024 será reclassificado para Restos a Pagar Processados (RPP) em 2025, uma vez que a liquidação ocorreu. Patrimonialmente, o passivo já foi reconhecido em 2024, não havendo novo impacto na Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).
- c) Como a despesa não foi paga em 2024, ela é automaticamente uma DEA em 2025. O RPNP deve ser cancelado, e um novo empenho de DEA deve ser gerado, impactando novamente o resultado patrimonial como VPD.
- d) O RPNP de 2024 deve ser mantido como RPNP em 2025 até o pagamento, pois a liquidação tardia não altera sua classificação orçamentária. O passivo patrimonial será reconhecido apenas no momento do pagamento.
- e) O ato da inscrição como RPNP em 2024 significa que a obrigação foi extinta. Em 2025, a liquidação e o futuro pagamento serão tratados como uma nova despesa do exercício, não relacionada a restos a pagar ou DEA.

69. O Município Audazes dos Pampas, ao adquirir novos mobiliários para seus departamentos administrativos, seguiu as seguintes etapas processuais e contábeis:

- I. Foi emitida a Nota de Empenho, comprometendo a dotação orçamentária para a compra do mobiliário.
- II. O mobiliário foi recebido e instalado, sendo considerado apto para uso pelos servidores.
- III. A Nota Fiscal foi atestada e a documentação verificada, confirmando a entrega e o cumprimento das condições contratuais.
- IV. O pagamento ao fornecedor foi efetuado.

À luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), sobre as etapas da despesa orçamentária e o reconhecimento patrimonial, assinale a opção que descreve corretamente o tratamento contábil desses eventos:

- a) O evento I (Empenho) constitui o reconhecimento inicial do passivo patrimonial e da despesa no Balanço Orçamentário. Os demais eventos são apenas controles administrativos.
- b) O evento II (Recebimento e Instalação) representa o momento do reconhecimento do ativo imobilizado no Balanço Patrimonial e do passivo patrimonial correspondente, além de reclassificar o estágio da despesa orçamentária para "Crédito Empenhado em Liquidação".
- c) O evento III (Atesto da Nota Fiscal) é o marco para o reconhecimento da despesa orçamentária. Antes disso, não há impacto no Balanço Patrimonial, que só é afetado pelo pagamento (evento IV).
- d) Todos os eventos (I, II, III e IV) são exclusivamente estágios da despesa orçamentária, sem qualquer distinção ou impacto direto no reconhecimento de ativos ou passivos no Balanço Patrimonial até o pagamento final.
- e) O ativo imobilizado é reconhecido no evento IV (Pagamento), pois somente então há a saída de caixa. O passivo patrimonial é reconhecido no evento I (Empenho).

70. Assinale a opção que descreve corretamente como os eventos econômicos impactam o Patrimônio Líquido de uma entidade pública:

- a) O Patrimônio Líquido é influenciado exclusivamente pelo resultado orçamentário (superávit ou déficit do Balanço Orçamentário), sendo a principal medida de desempenho financeiro da gestão pública.
- b) O Patrimônio Líquido reflete a diferença entre ativos e passivos, e suas variações são compostas tanto pelo Resultado Patrimonial do período (apurado pelo confronto entre Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas) quanto por transações que afetam o patrimônio diretamente, como as Contribuições dos Proprietários e as Distribuições aos Proprietários.
- c) As Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas são componentes do Resultado Patrimonial que, por sua natureza, não alteram o Patrimônio Líquido, que é impactado apenas por reavaliações de ativos.
- d) As Contribuições dos Proprietários são reconhecidas como Variações Patrimoniais Aumentativas, integrando o Resultado Patrimonial do período antes de serem transferidas para o Patrimônio Líquido.
- e) O Patrimônio Líquido é determinado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, excluindo outras variações patrimoniais ou aportes de capital.

LICITAÇÃO*Herbert Almeida*

71. O processo de contratação direta compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, e deve ser instruído, dentre outros, com documentos que versem sobre a razão da escolha do contratado, justificativa de preço e autorização da autoridade competente. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. para contratação que tenha por objeto bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- II. bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;
- III. aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

É dispensável a licitação na(s) hipótese(s) elencada(s) *apenas* em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

72. A Comissão de Licitação de um órgão público federal concluiu todas as fases do procedimento licitatório e remeteu o processo à autoridade superior para as providências finais. Ao analisar os autos, a autoridade superior identificou a existência de um vício insanável e decidiu, com base na Lei nº 14.133/2021, anular a licitação. Com base nas disposições legais aplicáveis, é correto afirmar que:

- a) a autoridade pode anular a licitação mesmo sem indicar os atos viciados, desde que o faça de ofício.
- b) a nulidade poderá ser decretada mesmo após a adjudicação do objeto, desde que não tenha havido homologação.
- c) a anulação ou revogação da licitação exige a prévia manifestação dos interessados.
- d) a revogação por conveniência e oportunidade independe de motivação específica, sendo discricionária.
- e) identificada irregularidade sanável, a autoridade superior deverá revogar o processo licitatório.

73. A Administração celebrou contrato com empresa privada para fornecimento de materiais de escritório. Durante a execução contratual, identificou-se um motivo de interesse público que justificava a extinção do contrato. A empresa concordou com a medida e as partes optaram por uma solução consensual. Com base na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, nesse caso, a extinção do contrato:

- a) poderá ocorrer consensualmente, desde que haja autorização ao menos verbal da autoridade competente.
- b) poderá ocorrer consensualmente, desde que haja interesse da Administração.
- c) deverá ocorrer exclusivamente por decisão judicial, ainda que haja consenso entre as partes.
- d) deverá ocorrer exclusivamente por ato unilateral da Administração.
- e) não poderá ocorrer, pois o contrato já foi iniciado e sua execução deve ser concluída.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravyelle*

74. Durante o processo de tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) da União para o exercício de 2025, um deputado federal propôs emenda individual impositiva no valor de R\$ 2 milhões, a ser destinada diretamente a um município de pequeno porte do interior do país. O objetivo declarado era promover melhorias urbanas e adquirir equipamentos para a rede municipal de saúde.

O município, por sua vez, manifestou a intenção de utilizar parte desses recursos para pagamento de folha de pessoal da área de saúde, argumentando a existência de insuficiência financeira para arcar com os salários atrasados.

Com base nas regras constitucionais sobre as emendas parlamentares individuais e o ciclo orçamentário, assinale a alternativa correta:

- a) A transferência especial prevista para a emenda parlamentar permite que o município utilize os recursos para pagamento de pessoal ativo da área de saúde, desde que essa destinação esteja descrita na justificativa da emenda.
- b) Se a transferência for feita na modalidade com finalidade definida, o município deverá aplicar os recursos em ações na área da saúde, independentemente de sua competência constitucional.
- c) A transferência especial, se escolhida pelo parlamentar, independe de convênio, é de titularidade imediata do ente receptor e deverá ter, no mínimo, 70% de sua aplicação em despesas de capital, entretanto, não poderá ser utilizada como proposto pelo município, mas o autor da emenda deverá informar o objeto e o valor da transferência no momento da indicação do ente beneficiado, com destinação preferencial para obras inacabadas de sua autoria.
- d) O ente beneficiado poderá aplicar livremente os recursos em qualquer finalidade de seu interesse, inclusive com folha de pagamentos, desde que

respeitada a execução orçamentária regular proposta na emenda.

- e) A Constituição permite que, nas transferências com finalidade definida, os recursos sejam aplicados em qualquer área de atuação da administração federal, desde que haja previsão no PPA e na LOA.

75. Durante o segundo semestre de 2024, o Ministério da Cidadania identificou a necessidade de criar um novo programa social emergencial, voltado à distribuição de alimentos em comunidades quilombolas afetadas por eventos climáticos extremos. Como a despesa não constava da LOA vigente e não havia dotação orçamentária específica para a ação, o órgão solicitou a abertura de crédito adicional.

O Ministério da Economia, por sua vez, destacou que o programa não poderia ser implementado de imediato, pois não havia tempo hábil para envio de projeto de lei ao Congresso, tampouco existia dotação anulável compatível ou excesso de arrecadação apurado. Diante do impasse, técnicos da área orçamentária sugeriram buscar alternativas legais para viabilizar a ação.

Com base na legislação orçamentária e financeira vigente, assinale a alternativa correta:

- a) A criação de um novo programa, não previsto na LOA, exige a abertura de crédito suplementar, condicionado à anulação de outras dotações ou ao excesso de arrecadação.
- b) Em casos de urgência e relevância pública, pode ser aberto crédito extraordinário por medida provisória, desde que haja previsão no PPA e compatibilidade com a LDO.
- c) O crédito especial é o instrumento indicado para atender à criação de novo programa, desde que haja autorização legislativa e identificação da fonte de recursos.
- d) A inexistência de dotação específica pode ser superada com a abertura de crédito suplementar, desde que autorizado por decreto do Poder Executivo e aprovado pelo Congresso Nacional.
- e) O crédito extraordinário poderá ser utilizado desde que previamente incluído no PPA e aprovado por decreto presidencial, nos termos da LRF.

76. A nova equipe da Secretaria de Planejamento de um estado da federação foi incumbida de revisar o modelo orçamentário vigente, com o objetivo de alinhar a gestão fiscal às melhores práticas de planejamento e transparência. Após diagnóstico preliminar, constatou-se que o orçamento estadual ainda apresentava predominância de alocação por órgãos e unidades administrativas, com ênfase em rubricas de despesa, ausência de metas físicas e baixa integração com o planejamento de médio e longo prazo.

Diante dessa situação, os técnicos propuseram a transição para uma técnica orçamentária mais alinhada à Constituição Federal e aos princípios doutrinários, com foco em resultados e programas de governo.

Com base nesse cenário e nos princípios orçamentários vigentes, assinale a alternativa correta:

- a) O orçamento tradicional é compatível com os princípios da legislação vigente, pois permite o controle contábil das despesas públicas com elevado grau de detalhamento técnico.
- b) O orçamento-programa, por ser orientado exclusivamente por metas de governo, dispensa a vinculação com classificações contábeis exigidas na Lei nº 4.320/64.
- c) A Lei nº 4.320/64 ainda adota, de forma preponderante, o modelo de orçamento tradicional, o que justifica a ênfase nos elementos da despesa e nos órgãos executores.
- d) O orçamento-programa inova em relação ao modelo tradicional ao incorporar objetivos, metas e indicadores, promovendo maior transparência, eficiência e integração entre planejamento e orçamento, sendo uma prática recomendada conforme a situação elencada
- e) O modelo tradicional é o mais apropriado para atender à complexidade da gestão contemporânea, por focar no controle legal da despesa pública, segundo as categorias funcionais.

77. O Governo do Estado de RavyCrazy, buscando ampliar sua capacidade de investimento diante de limitações impostas pelo teto de gastos, aprovou uma lei autorizativa específica para ceder onerosamente créditos inscritos em dívida ativa e oriundos de parcelamentos tributários reconhecidos pelos devedores. O processo foi estruturado por uma sociedade de propósito específico criada para esse fim, com o apoio de uma instituição financeira pública federal. No entanto, o Tribunal de Contas estadual passou a questionar a legalidade da operação, alegando afronta às normas da legislação vigente.

Com base no ordenamento jurídico e nas regras orçamentárias e financeiras, assinale a alternativa correta:

- a) A cessão de direitos creditórios provenientes de dívida ativa exige previsão no Plano Plurianual (PPA) e só poderá ocorrer até 180 dias antes do término do mandato do chefe do Poder Executivo.
- b) A cessão poderá ser feita por sociedade de propósito específico, exigindo licitação, e os recursos obtidos deverão ser tratados como receita corrente líquida para fins de cálculo de despesa com pessoal e limites de endividamento.
- c) Os recursos obtidos por essa operação configuram receita de capital e devem, obrigatoriamente, ter pelo menos 50% destinados ao regime de previdência social e o restante a investimentos.
- d) A cessão somente será válida se for lastreada por decisão judicial transitada em julgado, reconhecendo o crédito em favor do Estado, ainda que já inscrito em dívida ativa.
- e) A operação, por configurar endividamento indireto, depende de autorização do Senado Federal.

78. Durante auditoria realizada na Secretaria de Saúde do Estado de Auriverde, a equipe de controle identificou diversas obrigações pendentes de pagamento relacionadas a contratos administrativos firmados no exercício de 2023, cuja execução física foi concluída em dezembro do mesmo ano. Contudo, por falhas operacionais, a liquidação e o pagamento não foram efetuados até 31 de dezembro. Diante da situação, técnicos da área financeira propuseram a reclassificação das obrigações como despesas de exercícios anteriores, para fins de pagamento em 2024, o que gerou questionamento por parte do Tribunal de Contas.

Considerando os conceitos e classificações de despesa pública e os estágios da execução da despesa previstos na legislação orçamentária e nos manuais técnicos, assinale a alternativa correta:

- a) As despesas cujo serviço foi prestado no exercício anterior, mas não liquidadas nem pagas até 31 de dezembro, podem ser classificadas como despesas de exercícios anteriores, independentemente da existência de empenho.
- b) A reclassificação como despesa de exercícios anteriores é cabível quando a despesa, embora não empenhada nem liquidada, tenha respaldo em contrato regular e execução comprovada no exercício anterior.
- c) As despesas empenhadas em 2023, mas não pagas até o encerramento do exercício, podem ser inscritas em restos a pagar.
- d) O pagamento no exercício seguinte de despesa não empenhada nem liquidada caracteriza-se como despesa de exercícios anteriores, ainda que não tenha havido prestação do serviço no exercício anterior.
- e) Para que uma despesa seja inscrita como restos a pagar, basta a existência de contrato vigente e nota de empenho emitida até o encerramento do exercício, ainda que o objeto contratual não tenha sido executado nem reconhecido.

EIXO TEMÁTICO 5

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Antônio Daud

79. Um órgão público federal negou acesso a um documento solicitado por um cidadão, alegando que continha informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem de um servidor. O cidadão, contudo, argumenta que o documento também contém informações de interesse público e que a proteção à informação pessoal não pode ser absoluta. Assinale, à luz da Lei 12.527/2011, solução juridicamente viável para tal situação:

- a) O órgão deve negar o acesso integral ao documento, pois a proteção à informação pessoal prevalece sobre o interesse público.
- b) O órgão deve conceder acesso integral ao documento, pois o interesse público na transparência se sobrepõe ao direito à privacidade de agentes públicos.
- c) O órgão deve criar uma versão do documento com a ocultação (tarjamento) das partes que contêm a informação pessoal e fornecer o restante ao cidadão.
- d) O órgão deve solicitar autorização judicial para divulgar o documento, ponderando os interesses em conflito.
- e) O órgão deve fornecer o documento apenas se o cidadão assinar um termo de confidencialidade, comprometendo-se a não divulgar as informações pessoais.

80. Júlia sofreu um grave acidente de trânsito e foi levada inconsciente ao hospital particular "Saúde Plena". Para realizar os procedimentos cirúrgicos de emergência, a equipe médica precisou coletar e tratar diversos dados pessoais e sensíveis de Júlia, como tipo sanguíneo, histórico de alergias e informações de seu plano de saúde, sem que ela pudesse fornecer seu consentimento. À luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a conduta do hospital foi:

- a) Ilícita, pois o tratamento de dados pessoais, especialmente os sensíveis, exige o consentimento livre, informado e inequívoco do titular, o que não ocorreu.
- b) Lícita, pois o tratamento de dados foi realizado para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais de saúde ou por entidades sanitárias.
- c) Ilícita, pois, na impossibilidade de consentimento do titular, o hospital deveria ter obtido autorização judicial para tratar os dados.
- d) Lícita, com base na hipótese de legítimo interesse do controlador, uma vez que o hospital tinha interesse em salvar a vida da paciente.
- e) Ilícita, pois o hospital deveria ter aguardado a chegada de um familiar ou responsável legal para obter o consentimento em nome de Júlia

81. A empresa "InovaTech Soluções", uma microempresa que desenvolve aplicativos simples e possui um volume reduzido de tratamento de dados pessoais de seus clientes, está buscando se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O sócio-administrador tem dúvidas sobre a obrigatoriedade de indicar um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO). De acordo com a LGPD, a indicação do Encarregado:

- a) É obrigatória para todas as empresas, independentemente de seu porte ou do volume de dados tratados, não havendo qualquer exceção.
- b) É facultativa para todas as empresas privadas, sendo uma obrigação restrita aos órgãos e entidades da administração pública.

- c) É obrigatória, e na ausência de indicação formal, o sócio-administrador da empresa será considerado o responsável legal para todos os fins.
- d) É uma obrigação do controlador, mas a autoridade nacional poderá dispensar a necessidade de sua indicação conforme a natureza, o porte da entidade ou o volume de operações.
- e) É obrigatória, devendo o profissional indicado possuir, necessariamente, formação jurídica e certificação específica em proteção de dados

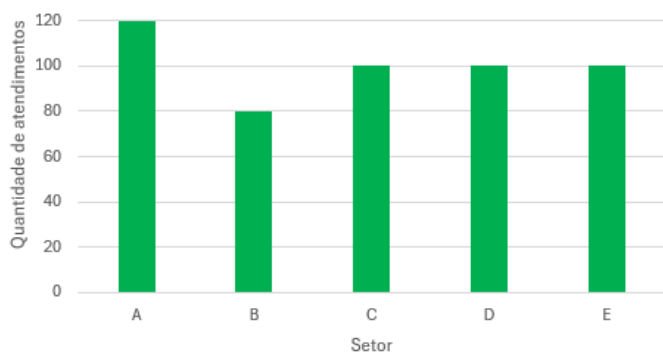
82. Carlos, um entusiasta da fotografia, utilizou por anos a rede social "ClickPost" para armazenar e compartilhar suas fotos e vídeos. Recentemente, uma nova plataforma, "FocoNovo", surgiu com recursos mais atrativos. Carlos deseja migrar todo o seu acervo digital para a nova plataforma e, para tanto, solicita à "ClickPost" que lhe forneça todos os seus dados pessoais, incluindo as fotos e vídeos postados, em um formato que permita a transferência. A "ClickPost" alega que as fotos, uma vez na plataforma, integram o seu banco de dados e não podem ser exportadas. Com base na LGPD, a solicitação de Carlos:

- a) Não tem amparo legal, pois o direito à portabilidade se limita a dados cadastrais, como nome e e-mail, não abrangendo o conteúdo gerado pelo usuário.
- b) É improcedente, pois a plataforma pode invocar a proteção de seus segredos comercial e industrial para negar a transferência dos dados.
- c) Encontra amparo no direito à portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço, mediante requisição expressa do titular.
- d) Só poderia ser atendida mediante o pagamento de uma taxa de serviço à "ClickPost", destinada a cobrir os custos operacionais da extração dos dados.
- e) É procedente, mas a "ClickPost" tem o prazo de 180 dias para atender à solicitação, conforme regulamentação da autoridade nacional

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

83. O gráfico a seguir mostra a quantidade de atendimentos em cinco setores de uma empresa durante uma semana:



A soma da média aritmética, moda e mediana do número de atendimentos é igual a:

- a) 280
- b) 320
- c) 400
- d) 300
- e) 500

Utilize o texto abaixo para resolver as questões **84** e **85**

Com o objetivo de se estimar a média do valor populacional de um valor X , selecionou-se uma amostra aleatória de 400 elementos de uma população. Os resultados obtidos encontram-se na tabela de distribuição de frequências apresentada a seguir:

X	Frequência relativa
17 --- 19	0,10
19 --- 21	0,30
21 --- 23	0,40
23 --- 25	0,20

84. Calcule a média da amostra acima

- a) 21,0

b) 21,4

c) 22,8

d) 23,0

e) 23,2

85. Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 0,8) = 0,788; \quad P(Z < 1,28) = 0,90$$

Supondo-se que o desvio padrão populacional seja igual a 2, o intervalo de confiança para o valor populacional de x com coeficiente de confiança igual a 80%, baseado nessa amostra, é igual a :

- a) (21,144; 21,656)
- b) 21,21; 21,61)
- c) (21,272; 21,528)
- d) (22,01 ; 22,81)
- e) (21,136 ; 21,636)

86. Corujinha, a fantástica estatística do fantástico Estratégia Concursos, realizou uma pesquisa em uma comunidade no Rio de Janeiro. O objetivo de uma pesquisa era o de se obter, junto aos moradores, informações sobre duas variáveis: qual o grau de satisfação com a coleta de lixo e o grau de satisfação com as escolas da comunidade. Para cumprir o estudo, Corujinha entrevistou sobre a coleta de lixo e, dentre todos os moradores, foram selecionados aleatoriamente 200 para responder sobre as escolas da comunidade.

As abordagens utilizadas para as variáveis satisfação com a coleta de lixo e satisfação com as escolas da comunidade, respectivamente,

- a) amostragem sistemática e amostragem aleatória simples.
- b) censo e amostragem aleatória simples
- c) amostragem aleatória simples e amostragem sistemática
- d) censo e amostragem por conglomerados
- e) censo e amostragem por conglomerados

87. Em uma comunidade, uma amostra aleatória de 400 eleitores revelou 64% de das pessoas acreditavam que comer manga com leite faz mal.

Sabendo-se que $P(Z > 2) = 0,025$, então o intervalo de 95% de confiança para a proporção de pessoas que acreditam que comer manga com leite faz mal é:

- a) 0,64 $\pm$ 0,032
- b) 0,64 $\pm$ 0,036
- c) 0,64 $\pm$ 0,050
- d) 0,64 $\pm$ 0,064
- e) 0,64 $\pm$ 0,048

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

88. Cláudio foi lotado em órgão público no setor de licitações. Para a elaboração de um edital de licitação de compras de livros no órgão público, Cláudio deverá observar que:

- a) o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.
- b) o poder público poderá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.
- c) o poder público deverá adotar cláusulas que pontuem a menor editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.
- d) o poder público poderá adotar cláusulas que pontuem a menor editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.
- e) Para não impedir a igualdade do procedimento licitatório, é vedada cláusula que limite de alguma forma a participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis

ATENDIMENTO AO CIDADÃO, QUALIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ACESSIBILIDADE E USO DE LINGUAGEM SIMPLES.

Stefan Fantini

89. João das Neves, gerente de determinada sorveteria, iniciou uma ação para reformar e redecorar toda loja. João das Neves trocou os sofás, o piso, as mesas, as vitrines, os equipamentos e os materiais. O principal objetivo era fazer com que a loja ficasse mais bonita, atual e convidativa para os clientes.

O fator determinante da qualidade em serviços focado por João das Neves foi

- a) confiabilidade.
- b) tangibilidade.
- c) empatia.
- d) responsividade.
- e) garantia.

COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA E A INTERNET

Júlia Branco

90. Considere a situação hipotética: Em um relatório produzido por IA para o Ministério da Justiça, foi identificado viés discriminatório no tratamento estatístico de dados sobre criminalidade. O algoritmo apresentava maior propensão a relacionar jovens negros a crimes violentos. De acordo com os princípios éticos da IA na comunicação pública, essa falha evidencia a violação de:

- a) equidade algorítmica e justiça social
- b) liberdade de imprensa e privacidade
- c) princípio da economicidade e legalidade
- d) direito à desinformação legítima
- e) proteção da soberania comunicacional

Discursiva 1

Ter as competências requeridas para o exercício de um cargo ou uma função pública é fundamental para o alcance da excelência profissional e a consecução da prestação de serviços públicos ao cidadão com qualidade e eficácia. Considerando esse assunto, redija um texto dissertativo acerca do processo de gestão de pessoas por competências na administração pública, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 a finalidade de uma gestão de pessoas por competências, do ponto de vista organizacional.
- 2 o tripé das competências, com o significado de cada elemento que o compõe.
- 3 três benefícios da gestão por competências para a organização.
- 4 três benefícios da gestão por competências para os servidores públicos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
- b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
